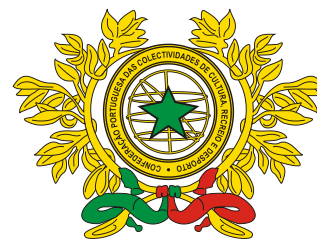




ELO ASSOCIATIVO

CPCCRD • PT



**CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO**

Fundada em 31 de Maio de 1924

N.º 62
JULHO 2021

30.000

COLECTIVIDADES ESPERAM POR SI

CULTURA, RECREIO E DESPORTO PARA TODOS!



“Falar da actual importância desta rede associativa é falar da nossa própria maneira de ser e de estar. Em comunidade e com a comunidade.”

MARCELO REBELO DE SOUSA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Cofinanciado por:



NOVO ENQUADRAMENTO LEGAL DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA

Legislador acolheu proposta da Confederação sobre
Direitos de Autor e Direitos Conexos

pág. 36

NESTE NÚMERO PODE LER

- Portugal precisa das Colectividades!
pág. 8 a 10
- Dia Nacional das Coletividades e 97.º
Aniversário da CPCCRD *pág. 13 a 25*
- Encontro pela Paz *pág. 26*

CONGRESSO DOS AÇORES – O CASO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

pág. 11



EDITORIAL

Augusto Flor, Dr. | Presidente da Direção

UM PERÍODO MUITO EXIGENTE E DESAFIANTE

O dia 1 de Março 2021 foi um dia muito especial. A Direcção, Conselho Fiscal e a Mesa do Congresso reuniram conjuntamente para darem início à 3ª Fase da Capacitação. Nesta reunião, para além de se fazer a avaliação da 2ª Fase, tivemos a oportunidade de identificar os objectivos estratégicos a alcançar com a 3ª Fase da Capacitação que decorrerá até Setembro de 2022. Realizámos um conjunto de actividades digitais de grande alcance e variedade e ainda o Conselho Nacional a 27 de Março onde foram aprovados o Relatório e as Contas de 2020.

Em Abril, demos continuidade às variadas actividades digitais, realizámos uma Conferência sobre o **“Associativismo e os 45 anos da Constituição da República”** com a participação do Deputado Constituinte José Manuel Maia e, em colaboração com a Câmara Municipal da Moita e a ABJC, comemorámos o **120º Aniversário do nascimento de Bento de Jesus Caraça**, onde podemos contar com a presença do seu filho, o Professor João Caraça.

Em Maio, demos início às comemorações dos **97 anos da nossa Confederação e do Dia Nacional das Colectividades** (31 de Maio) enviando uma Saudação a todas as filiadas e definindo os pontos essenciais das comemorações, em três momentos distintos.

O primeiro, foi o *Congresso Regional dos Açores* que se realizou no dia 22 de Maio, por via digital, com a colaboração do Governo Regional da Câmara Municipal de Angra de Heroísmo e Ponta Delgada, onde foi possível reforçar o conhecimento e as relações entre as colectividades dos Açores e a Confederação.

O segundo momento, **Sessão Comemorativa Nacional**, decorreu no Auditório da Câmara Municipal do Seixal, com o apoio desta, no dia 29 de Maio onde, para além de 3 excelentes apontamentos culturais, foram entregues os Galardões e as Distinções a personalidades e entidades que se destacaram em 2019 e 2020 no apoio e colaboração com a Confederação e o Movimento Associativo em geral.

A 20 de Junho, e a encerrar as comemorações, foi realizado o **Espectáculo Associativo “Portugal precisa das Colectividades!”** no CAE – Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz que contou como coorganizadores a Confederação e a Associação das Colectividades da Figueira da Foz e o apoio da Câmara Municipal da Figueira da Foz e do POISE- Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego.

Neste período Março/Junho 2021, lançámos o **Manual de Retoma Associativa** dirigido a todas as 30.000 Colectividades, dando força e perspectivas aos Dirigentes e lançámos uma Campanha junto da população portuguesa (jornais, cartazes, postais, monopostes em autoestradas) para se inscreverem nas Colectividades e aí praticarem cultura, recreio e desporto, como forma de retomarem as actividades que contribuem de forma decisiva para a economia nacional, para a qualidade da democracia e para a saúde mental individual e colectiva.

PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES!



Francisco Barbosa da Costa, Dr.
Presidente da Mesa do Congresso

“PORTUGAL PRECISA DAS COLETIVIDADES”

A Confederação, em boa hora, seguiu o judicioso conselho de inspiração evangélica de “pôr a luz em cima do alqueire”, para que os seus propósitos e as suas mensagens possam ser perfeitamente visíveis.

Com as felizes campanhas “Portugal precisa das coletividades” e “30.000 coletividades esperam por si” não é mais possível que os poderes constituídos de todos os níveis, a comunicação social e as populações possam dizer que o associativismo é “uma coisa” de pessoas bem intencionados e atuantes que, de vez em quando, se

“lembram” de afirmar a sua existência.

Para mim, esta campanha é mesmo para “incomodar”, para desafiar os bem instalados da nossa sociedade, das aldeias e das cidades, dos jovens e dos menos jovens, dos doutores e dos menos cultos, dos trabalhadores e dos empresários afirmando que, sem a ação determinada e concertada de todos, não é possível o crescimento global das pessoas e da sociedade e o desenvolvimento do espírito solidário.

O motor desta realidade é o movimento associativo, na riqueza da sua mensagem e no exemplo do seu trabalho atento e atuante.

E nós, de facto, somos largos milhares, espalhados por todo o país e queremos que cada cidadão se abra ao desígnio urgente de trazer nova vida à nossa sociedade que carece, como em tempo algum, de um forte abanão para que o mundo se transforme, se abra a novas realidades e a novas formas experiências vivenciais e que o futuro seja mais auspicioso e feliz.

Isto de haver esta publicidade nos jornais constitui uma nova forma de desafio para que ninguém possa dizer que que não sabia da nossa existência e da nossa intervenção na sociedade.

Estou certo que, daqui em diante, nada será igual, porque 30.000 coletividades são constituídas por muita gente diferente, conhecedora e generosa.



Rosa Baptista, Prof.
Presidente do Conselho Fiscal

UM TEMPO PARA OLHAR EM FRENTE

Por entre a alegria que a Primavera nos trouxe, surgiram igualmente sinais alarmantes no mundo. Desde a violência em Moçambique à escalada de violência na Faixa de Gaza, da confirmação da desflorestação da Amazónia, aos milhares de mortos por Covid-19 na Índia, a realidade mostra que o nosso equilíbrio pode ser mudado a qualquer instante.

Mas a realidade, e a nossa experiência associativa, também nos mostra que podemos contribuir para a mudança, e que haverá sempre uma luz no final de cada túnel.

“Não tenho medo do futuro”, disse uma vez Winston Churchill. “Avançemos para os seus mistérios, rasguemos os véus que o escondem dos nossos olhos e avancemos com confiança e coragem”. Churchill usou a frase “avancemos juntos” em alguns dos seus discursos mais famosos. Ele não teve outra escolha se não olhar em frente enquanto conduzia com coragem a sua nação devastada pela guerra.

Vamos ao encontro da Paz que neste ano tem como lema “Pela **Paz**, todos não somos demais!”, e não somos mesmo.

Num ano em que as pessoas não puderam encontrar-se, as famílias ficaram isoladas e os negócios lutaram por sobreviver, também o associativismo lutou pela sua existência conseguindo avançar em algumas áreas. Mas também reconhecemos, que muitos atravessam o deserto e permitiram que o desalento se instalasse nas suas vidas. Vamos ao encontro destes, dando força para reerguer.

As nossas realizações são um lembrete de que o associativismo é uma grande força na comunidade, em todo o lado, e de que é a razão pela qual não paramos nem desistimos, reinventando-nos a cada volta de mar.

O pouco trabalho que fizemos neste ano, e o trabalho que faremos nos próximos anos, deverá ser com um foco ajustado à nova realidade, sem contudo esquecer o fundamento da nossa existência.

Neste novo tempo, o apoio de todos é importante para olhar em frente com força e coragem!



30.000 COLECTIVIDADES ESPERAM POR SI

CULTURA, RECREIO E DESPORTO
PARA TODOS!

VALORES DO ASSOCIATIVISMO POPULAR CONFIANÇA, SOLIDARIEDADE E DETERMINAÇÃO

DOIS ANOS DE PANDEMIA COVID EM QUE A
CONFEDERAÇÃO NUNCA BAIXOU OS NÍVEIS DE
RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, tem agido de forma sustentada e rigorosa nesta pandemia. As recomendações feitas pela Confederação, pela DGS e as Resoluções do Conselho de Ministros têm sido seguidas e temos tido excelentes resultados uma vez que não tivemos notícia de qualquer situação de contágio em Colectividades.

Desde a primeira hora, estabelecemos uma estratégia de comunicação específica assente em vários materiais para diversos momentos.

Primeira fase:

Campanha "Portugal precisa das Colectividades!"

Público alvo: Todos os Colegas Dirigentes de todos os órgãos sociais das Filiadas.

Objetivos: Dar informações e recomendações económicas, financeiras, sanitárias e legais.

- Março/Dezembro 2020 - Notas Associativas e Elos Associativos especiais;
- Junho 2020 - Código de Conduta e Plano de Contingência (com colaboração da DGS);
- Janeiro/Abril 2021 - Elo Associativo especial e Pareceres jurídicos sobre condições de retoma associativa;

- Maio 2021 - Distribuição do Manual de Retoma Associativa pós Covid (perguntas e respostas) em formato digital às Filiadas em colaboração com todas as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do país;

- Distribuição do Manual de Retoma Associativa pós Covid (perguntas e respostas) em formato papel para as Filiadas distribuírem a outras Colectividades numa ação de Solidariedade inter associativa.

Segunda fase:

Campanha "30.000 Colectividades esperam por si - Cultura, Recreio e Desporto para todos!"

Público alvo: Todo o Povo português associado ou não em Colectividades.

Objectivos: Sensibilizar a filiares-se e praticarem actividades associativas nas Colectividades.

Maio/Junho 2021 - Publicação de anúncios em jornais locais e regionais;

- Distribuição digital de Cartazes (A3) para impressão nas Filiadas, para afixação nas sedes e/ou comércio local; (ANEXO)

- Distribuição digital do Postal para impressão nas Filiadas (frente e verso) e distribuição pelos associados das Colectividades para convidar familiares e amigos a filiares-se nas Colectividades; (ANEXO)

- Afixação de publicidade exterior em vias de grande circulação (AE) com monopostos de grandes dimensões (10mx5m).

Estamos a viver uma nova fase da pandemia em Portugal. Pouco a pouco, estamos a retomar as Actividades Associativas.

Os materiais disponibilizados pela Confederação podem ser muito úteis aos/às Colegas Dirigentes, associados e população em geral se forem bem distribuídos. Recomendamos que esta imagem seja inserida no Facebook dos dirigentes e nos rodapés dos dirigentes.

Esperamos estar a contribuir para a retoma de confiança dos Dirigentes, para a recuperação de associados, inscrição de novos associados e regresso dos utentes que frequentavam as nossas Colectividades antes da pandemia.

As Colectividades desempenham um papel insubstituível na sociedade portuguesa. Como agentes de transformação social, vamos continuar a intervir através da cultura, recreio e desporto para uma sociedade mais justa, solidária e feliz.

Viva as Colectividades!

Viva o Movimento Associativo Popular!

A Direcção



“PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES!”

CULTURA, RECREIO E DESPORTO PARA TODOS!

20 DE JUNHO – CENTRO DE ARTES E ESPECTÁCULOS DA FIGUEIRA DA FOZ



UM ESPECTÁCULO ASSOCIATIVO DE QUALIDADE, SEGURANÇA E CONFIANÇA.

UM EXEMPLO DE BOAS PRÁTICAS A SER SEGUIDO

O espetáculo associativo “*Portugal precisa das Colectividades!*” realizado no dia 20 de Junho no CAE – Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz, substituiu o espetáculo que deveria ter-se realizado dia 7 de Novembro e que teria como título “Venham mais 5” por razões que se prenderam com a epidemia.

Sendo, no essencial, o mesmo guião e os mesmos artistas, teve por objectivos, comemorar os 97 anos da Confederação, encerrar o ciclo das comemorações do Dia Nacional das Colectividades e dar um exemplo de

boas práticas de segurança e confiança ao Movimento Associativo de Cultura, Recreio e Desporto.

Teve ainda a particularidade de destacar as potencialidades das parcerias entre a Confederação e as Associações Concelhias de Colectividades e a Câmara Municipal da Figueira da Foz, deixando a ideia que poderá passar a ser uma prática corrente e anual para o futuro.

A todos os artistas participantes, aos parceiros, técnicos e trabalhadores das entidades e ao público, o nosso muito obrigado.



A **Música Filarmónica** é a génese do associativismo cultural de ontem, de hoje e do futuro, onde cada criança, jovem, adulto ou idoso, partilham uma paixão comum.



Actores do Grupo Experimental de Teatro da Figueira da Foz, fizeram uma dinâmica e brilhante ligação entre todos os artistas que passaram pelo palco do CAE.



Os **Jogos Tradicionais** provêm e pertencem ao Povo que lhes conferiu longevidade através de gerações transmitindo identidade, regras, técnicas e valores.



O **Fandango Ribatejano** é um dos fandangos mais conhecidos. Os trajes e os instrumentos usados conferem-lhe uma estética própria a que se junta uma variação rítmica espectacular onde sobressai o desafio.



A **Concertina** que faz lembrar um pequeno acordeão, é de fácil manejamento e grande diversidade acústica, usado no acompanhamento de cantares ao desafio, sobretudo no Minho.



O **Cante** como música tradicional do Alentejo, foi reconhecido como Património Imaterial da Humanidade conferindo-lhe um novo fôlego local, regional ou na migração, é também cantado no feminino.



O **Fado** que também significa “destino”, reconhecido como Património Imaterial da Humanidade, ouve-se nos bairros lisboetas de Alfama, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa onde a guitarra portuguesa e a viola de fado são companheiras inseparáveis.



A **Dança**, é uma manifestação artística e cénica que nos é oferecida em forma de divertimento, competição ou cerimónia.
Para quem vê ou quem pratica é sempre um *espectáculo*.



A **Poesia** que nos fala do tudo e do nada, dita pelo actor de Teatro, ainda que fale de morte, ganha vida, ainda que chore compulsivamente, transmite confiança.

Cultura, Recreio e Desporto para todos!

PORTUGAL!
PRECISA DAS COLECTIVIDADES



CONGRESSO DOS AÇORES

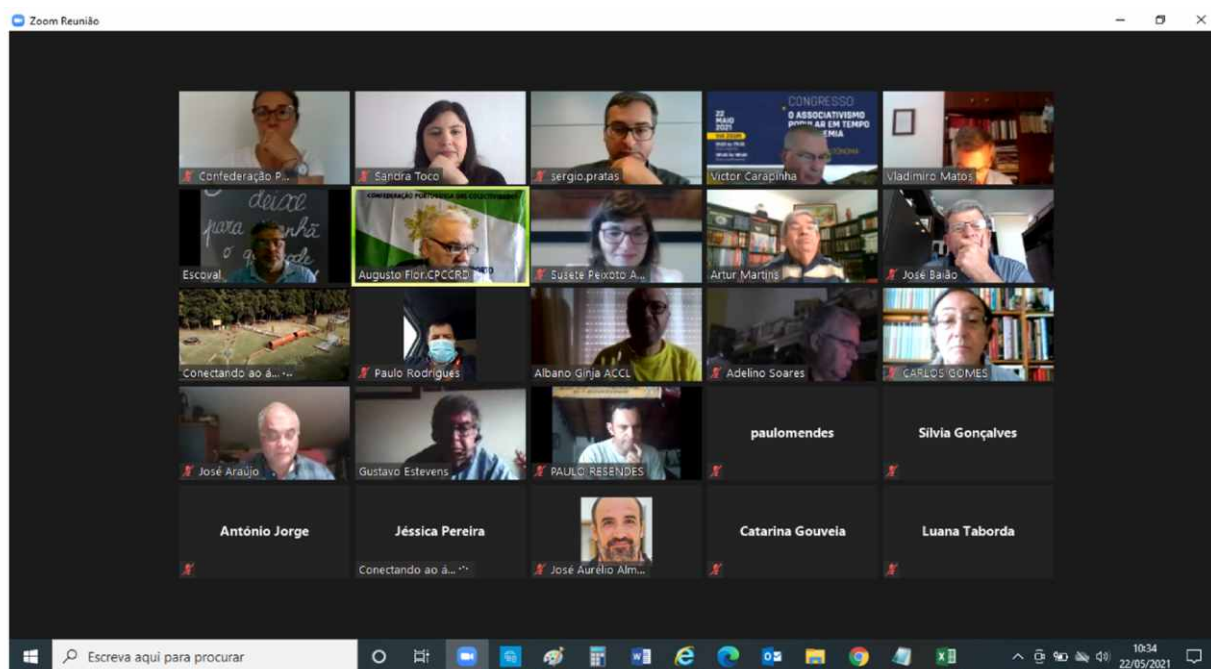
O ASSOCIATIVISMO POPULAR EM TEMPO DE PANDEMIA.
O CASO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Realizou-se no passado dia 22 de maio o Congresso dos Açores, subordinado ao tema *O Associativismo Popular em tempo de pandemia. O caso da Região Autónoma dos Açores.*

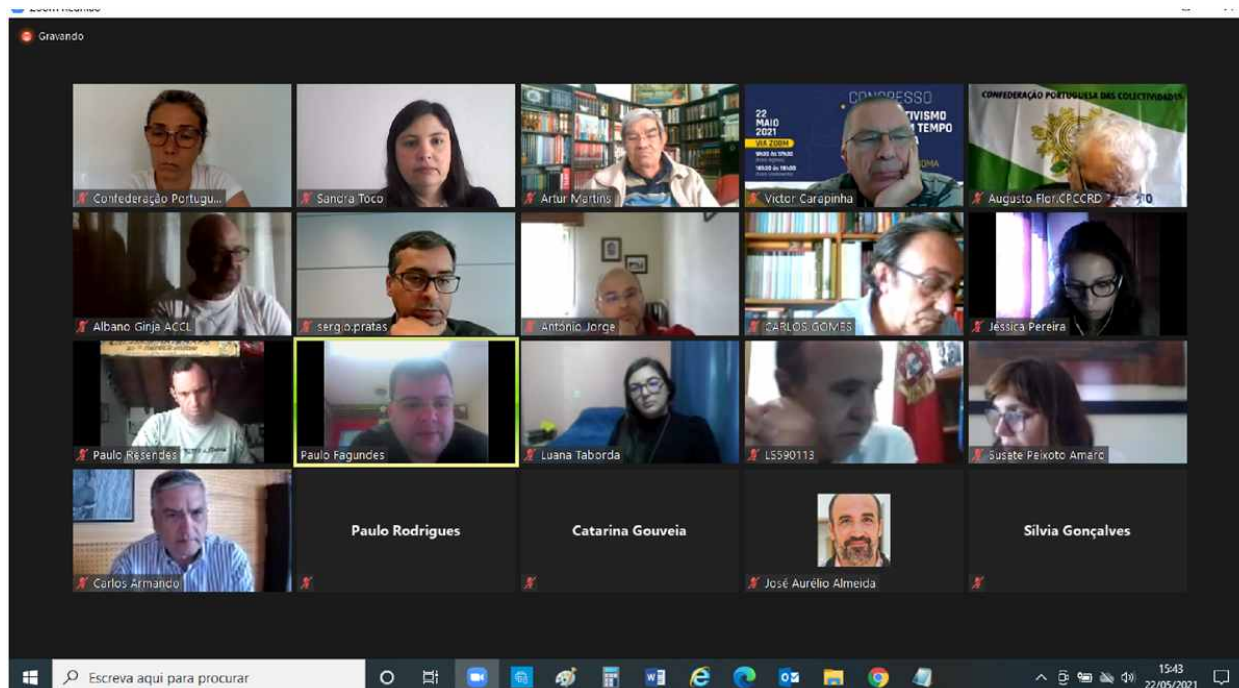
Com organização da CPCCRD e do Governo Regional dos Açores, o Congresso contou com o apoio dos municípios da Região Autónoma – e teve cerca de 70 inscrições (dirigentes do continente e da Região Autónoma, autarcas e técnicos municipais).

Depois da realização do Congresso da Madeira, a atual direção da CPCCRD tinha assumido o compromisso de realizar este Congresso no presente mandato. E com dois grandes objetivos: reforçar a presença e influência da CPCCRD na Região Autónoma dos Açores; e aprofundar o conhecimento sobre a realidade específica das coletividades açorianas. Objetivos que foram claramente alcançados.

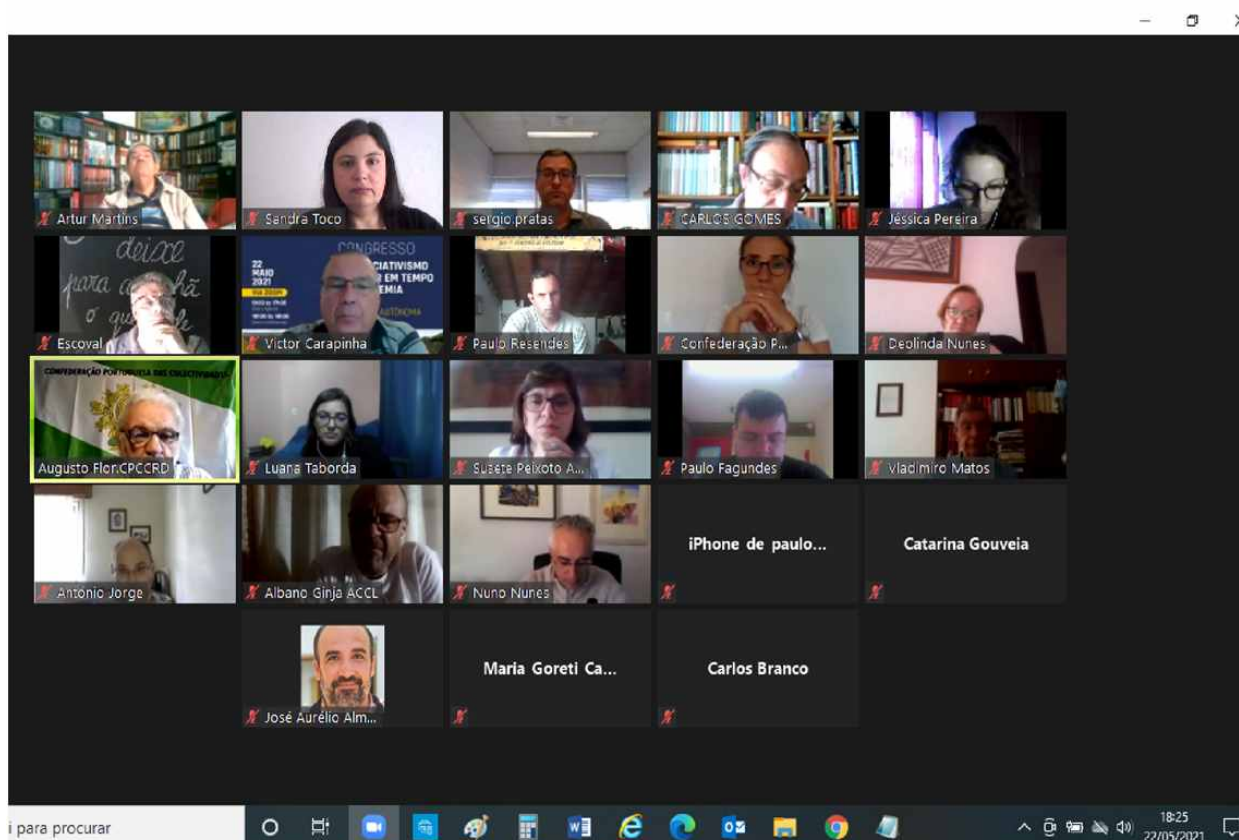
O Congresso (que foi realizado através da plataforma zoom, face à situação pandémica) teve três excelentes painéis de debate e serviu para apresentar o n.º 8 da Análise Associativa:



PAINEL 1 O acesso por todos à cultura e ao desporto. O papel do associativismo popular



PAINEL 2 O associativismo popular está em crise?



PAINEL 3 O passado, o presente e o futuro do associativismo popular. Apresentação do n.º 8 da Análise Associativa.

Para quem não teve a oportunidade de assistir, informa-se que o Congresso foi gravado e está disponível no Facebook da CPCCRD. <https://www.facebook.com/confederacao.colectividades>

DIA NACIONAL DAS COLETIVIDADES E 97.º ANIVERSÁRIO DA CPCCRD SESSÃO COMEMORATIVA



A Sessão Comemorativa do Dia Nacional das Colectividades (31 de Maio) e 97º Aniversário da CPCCRD, este ano foi organizado pela Confederação Portuguesa das Colectividades, Associação das Colectividades do Concelho de Almada, Associação das Colectividades do Concelho do Seixal e teve apoio da Câmara Municipal do Seixal.

A Sessão realizou-se no dia 29 de Maio, com início às 15,30 horas, no Auditório dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, onde foram entregues a dirigentes e outras entidades, as seguintes Distinções e Galardões.

DISTINÇÕES



COBRADOR DO ANO
Armando Gonçalves Lino



ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Jornal a Voz de Ermesinde



PARCEIRO DO ANO
Associação de Municípios da Região de Setúbal

GALARDÕES



VALOR E EXEMPLO
Ludgero António de Jesus Mendes



VALOR E EXEMPLO
Américo Oliveira



VALOR E EXEMPLO
Fernando Alves



VALOR E EXEMPLO
Guilhermino Lopes Garcia
(a título póstumo)



VALOR E MÉRITO
Afonso José de Almeida Candeias



VALOR E MÉRITO
João Miguel Vaz Rato Carreta
(a título póstumo)

GALARDÕES



MÉRITO ASSOCIATIVO 100 ANOS
Futebol Clube de Gaia



MÉRITO ASSOCIATIVO 100 ANOS
Sporting Clube Candalense



RECONHECIMENTO E HOMENAGEM
Maria da Conceição Teixeira Brazão Correia



RECONHECIMENTO E HOMENAGEM
Isabel Maria Gonçalves Mirandela da Costa



RECONHECIMENTO E HOMENAGEM
Ana Cristina Videira



RECONHECIMENTO E HOMENAGEM
Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário

GALARDÕES



RECONHECIMENTO E HOMENAGEM

José Henrique Batista Gascon
(a título póstumo)



RECONHECIMENTO E HOMENAGEM

José Carlos Marques Gomes

Assistiram-se a brilhantes discursos dos membros da mesa e de alguns Galardoados, tal como a um apontamento musical e dois apontamentos culturais.



DIA NACIONAL DAS COLETIVIDADES CELEBRADO NA COVILHÃ



Joaquim Escoval
Membro da direcção
e responsável do Gabinete
Polo de Atendimento Centro

A Confederação Portuguesa das Colectividades, através do seu Gabinete Polo de Atendimento Centro e a Câmara Municipal da Covilhã uniram esforços para uma comemoração do Dia Nacional das Colectividades com grande dignidade.

No próprio dia 31 de Maio logo pela manhã os autarcas visitaram algumas das colectividades do concelho e fizeram o lançamento de uma plataforma digital do associativismo que certamente vai facilitar em muito a visibilidade das associações, a divulgação dos seus eventos e a ligação à autarquia e ao movimento associativo do concelho. No final da tarde o Presidente e Vereador da Cultura visitaram os veículos das associações para cuja aquisição a autarquia contribuiu. Seguiram-se exposições da Tuna Académica, no meio da praça e de uma naípe da Banda da Covilhã já no átrio da Câmara Municipal.

Dentro do Salão Nobre do Município tiveram lugar agradáveis apontamentos musicais ao piano e ao violino. Entreviaram depois o Sr.s Vereador da Cultura,

Joaquim Escoval, 1.º Secretário da CPCCRD, Dr^a Joana Pereira e por fim o Sr. Presidente da CM Covilhã Dr. Vítor Pereira.

O lançamento do livro foi efectuado pela sua autora que se esmerou na explicação do mesmo e tendo os restantes feito rasgados e merecidos elogios a uma tão importante obra bem como ao trabalho da CPCCRD para que esta se tenha concretizado.

De realçar também o empenho e a dedicação do GPA Centro para esta organização tenha decorrido tão eficazmente e a presença de muitos Dirigentes Associativos que ocuparam todos os locais disponíveis no salão.

O final registou-se que todos os livros transportados para esta cerimónia de lançamento acabaram nas mãos dos presentes tendo alguns ficado reservados para os serviços da CM Covilhã.



DIA NACIONAL DAS COLETIVIDADES



Victor Carapinha
Membro da direcção
e responsável do Gabinete
Polo de Atendimento Sul

anos, envolvendo gerações de dirigentes, homens e mulheres, e na persistente acção reivindicativa da Confederação das Colectividades.

A formalização legal do acto pretendeu conferir dignidade e distinção à actividade associativa de mais de 30.000 colectividades, numa aparente tentativa de levar à prática a atribuição constitucional da competência do Estado, com a colaboração dos agentes culturais e desportivos, no exercício do direito à fruição e criação cultural, bem como à cultura física e ao desporto.

O alto valor simbólico que representa o Dia Nacional das Colectividades não tem correspondência com a desejada materialização dos apoios institucionais a que o Estado se obriga, sendo o Movimento Associativo Popular a assumir, de forma continuada, a promoção, o desenvolvimento e a valorização da cultura, bem como a salvaguarda do património cultural e tradicional, a par da prática desportiva e formativa.

Sabendo das obrigações constitucionais e legais do Estado nas diversas áreas da chamada economia social, não cumpridas, o associativismo persiste nas suas actividades estatutárias e na vontade dos seus associados, correspondendo ao apelo da

A Lei nº 34/2003 fixou o dia 31 de Maio como o Dia Nacional das Colectividades, conferindo também ao movimento associativo português o estatuto de parceiro social. Este diploma determina ainda que o Governo deverá aperfeiçoar progressivamente os mecanismos de apoio técnico-financeiro às suas actividades.

O reconhecimento oficial da importância do associativismo, nas vertentes de cultura, recreio e desporto, resultou da luta constante de muitos

sociedade em que se insere, mas com plena consciência de que está a ser tratado por diversas estruturas da Administração Pública como um prestador de serviços culturais e desportivos de baixo custo.

O Dia Nacional das Colectividades é, pois, o dia da celebração e exaltação dos valores do associativismo popular, bem como da prestação de merecidas homenagens e entrega de distinções e galardões associativos às instituições, colectividades e dirigentes que mais se destacaram na defesa, participação e valorização do MAP e dos benefícios sociais que produziram na comunidade.

Mas as comemorações constituem, também, uma oportunidade de reflexão e intervenção.

Reflexão sobre as muitas dificuldades por que passa o movimento associativo, nomeadamente no actual período de crise sanitária, e encontrar meios associativos para as ultrapassar.

Intervenção em conjunto com outros movimentos sociais para a melhoria da qualidade de vida da população e para a felicidade de crianças, jovens, adultos e idosos, qualquer que seja a condição social, económica e étnica, bem como para a igualdade de género.

Na passagem desta importante data merecem uma saudação especial todos os dirigentes associativos, voluntários e benévolos, assim como uma manifestação de solidariedade e apoio a todas as actividades de cultura, recreio e desporto, como inestimáveis contributos para a qualidade da democracia e para a coesão social.

SAUDAÇÕES

Associação das Colectividades do Concelho do Porto

Na passagem de mais um ano na história de vida da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, saudamos todos os seus sócios, particularmente os que dinamizaram a sua criação e todos os que, de então para cá, com o seu trabalho e empenho, fizeram da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto o que hoje ela é. Nestes anos, percorremos um longo caminho, de tristezas e de alegrias, de derrotas mas também de vitórias, que é bom não esquecer nestes tempos sombrios, que não podemos enfrentar com desalento e desesperança.

Saudações Associativas
Henrique Ornelas

Clube Recreativo Piedense

Assinalar o Dia Nacional das Colectividades é reconhecer o significado social do trabalho desenvolvido por milhares de colectividades ao longo do país e dos seus dirigentes voluntários e benévolos.

Assinalar o Dia Nacional das Colectividades é admitir o intenso esforço das colectividades para a cultura, o desporto e o recreio serem praticadas por o maior número possível de cidadãos.

Assinalar o Dia Nacional das Colectividades é sentir que as colectividades são um factor de transformação da sociedade.

Assinalar o Dia Nacional das Colectividades é ter o sentimento de que o Movimento Associativo projecta o seu futuro, através da intensificação da formação dos dirigentes associativos, da gestão sustentada das colectividades, da programação de objectivos.

Assinalar o Dia Nacional das Colectividades é homenagear as estruturas representativas do Movimento Popular, nomeadamente a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Assinalar o Dia Nacional das Colectividades é ter a consciência da necessidade de melhorar o funcionamento das colectividades, com melhor organização, maior eficácia e renovada imagem.

Assinalar o Dia Nacional das Colectividades este ano é evidenciar a capacidade de adaptação e de reinvenção e também de grande resiliência das colectividades.

O Clube Recreativo Piedense associa-se à referência desta data e aos seus valores, desejando o reforço do relacionamento entre as colectividades do concelho de Almada, através da Associação das Colectividades do Concelho de Almada e a consolidação do relevante papel da Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto no Movimento Associativo e na Economia Social.

Por um 31 de maio de 2021 significativo para o MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR.

Saudações associativas
A Direcção

Confederação Portuguesa do Voluntariado

A Direção da Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) saúda todas e todos os que dão vida, com a sua incedível dedicação, espírito de serviço às comunidades a que pertencem e entrega graciosa, aos milhares de coletividades espalhadas, até à mais recôndita aldeia, por todo o nosso Portugal.

Com esta saudação, vai também um enormíssimo obrigado por tudo o que tendes feito para que a cultura em geral, enriquecida com a de cariz mais popular, faça parte do crescimento integral dos mais novos e continue a alimentar o sentido para a vida de muita gente lusa. O nosso obrigado também pela vossa espantosa criatividade que permite a ocupação dos tempos livres das vossas concidadãs e dos vossos concidadãos de forma útil e propiciadora de um relacionamento interpessoal que varre a solidão da vida de muitas e de muitos.

O nosso obrigado, ainda, pelo sacrifício que, muitas vezes, tendes de fazer para que se mantenha todo o tipo de modalidades desportivas, permitindo o desenvolvimento humano e saudável dos mais novos, muitos dos quais passaram a ter uma projeção pública pelos méritos alcançados, e aos menos jovens proporcionais vivências felizes, ao viabilizarem a prática de modalidades menos mediáticas, mas com uma tradição secular e uma raiz popular muito genuína.

Temos consciência de que nem sempre é, devidamente, reconhecida a vossa dedicação. Por vezes, até é mal compreendida. Mas a Direção da CPV, a propósito da celebração do Dia Nacional das Coletividades, que ocorreu no passado dia 31, quer manifestar-vos, não só a satisfação pelo que fazeis, mas dizer-vos que estamos convosco e sabemos bem o valor material e imaterial do vosso trabalho em prol do bem do lugar em que viveis e do país em geral. Sabei que podeis sempre contar com a nossa mobilização em favor das vossas causas construtoras de mais cidadania.

É muito gratificante ver o vosso compromisso permanente para a coesão do associativismo em Portugal, consubstanciado no dinamismo interventivo da vossa Confederação. Na pessoa do Dr. Augusto Flor, a Direção da CPV dá os parabéns à CPCCRD pela passagem do 97.º aniversário da sua criação.

As nossas sinceras felicitações levam consigo o reconhecimento pelo empenho abnegado que a CPCCRD demonstra na defesa de tudo o que permita às suas associadas realizarem a sua missão cívica, com competência e justo reconhecimento por parte dos poderes locais e central, assim como pelo país em geral. Bem Hajam!

Sabemos que este nosso reconhecimento também é sentido pelas restantes 39 associadas na CPV.

Vivam as coletividades portuguesas!

A Direção

José Maia de Almeida

Reconhecimento

Exmos/as Senhores/as Associados/as
Exmos/as Senhores/as Dirigentes

Por ocasião do Dia Nacional das Colectividades, instituído pela Lei nº 34/2003, de 22 de Agosto, permito-me manifestar uma calorosa saudação de reconhecimento e gratidão ao Movimento Associativo Almadense, a todos os seus Associados e Dirigentes, a todos os protagonistas que lhe dão vida e alma, a todos vós.

Ao Movimento Associativo devemos seguramente uma parte muito essencial e muitíssimo importante daquilo que é a nossa própria identidade enquanto Povo e Comunidade.

Importa não esquecer o empenho e desempenho das Colectividades e Associações Populares enquanto espaço e meio de acção de tantos e tantos democratas e antifascistas na luta contra a ditadura fascista e na afirmação dos valores da liberdade e da democracia e do contributo inestimável para o êxito da Revolução Libertadora de 25 de Abril de 1974.

Não menos importante a determinante acção das Instituições Associativas, ontem e hoje, nas actividades de carácter cultural, desportivo, recreativo e cívico superiormente sentidas na qualidade de vida dos almadenses em todas as onze freguesias do nosso Concelho.

O Associativismo de raiz popular é um património, uma herança, uma forma de estar em comunidade e de sentir-se pertença dessa mesma comunidade, uma vivência que reclama um presente absolutamente imprescindível e insubstituível..

O Concelho de Almada é ainda hoje e deverá continuar a ser conhecido e reconhecido, protagonizando e afirmando-se pela riqueza do seu Associativismo, tanto pelo número como pela diversidade das suas centenas de associações.

São as Associações de cultura, desporto, recreio, solidariedade social, de criação artística, de educação, de bombeiros, da columbofilia, de protecção dos animais, de campismo e caravanismo, de escutismo e as regionalistas.

São as Associações Juvenis nas áreas da música, do teatro, dos desportos náuticos e radicais, do montanhismo.

São as Associações de pais e encarregados de educação, de estudantes e seus clubes.

São as Associações de professores e suas universidades séniores.

São as Associações informais, nomeadamente de bandas de música.

São as Associações do ambiente, do património, do desenvolvimento local, de moradores, de emigrantes.

São as Associações de incentivo à democracia participativa para a defesa e gozo dos direitos consagrados constitucionalmente das crianças, dos jovens, dos idosos, das mulheres, dos deficientes, etc, para o reconhecimento dos direitos das minorias, anti-racismo, etc, etc.

É justo reconhecer que o Movimento Associativo afirma-se como um dos elementos mais marcantes da história e da vida e vivências de Almada desde o Século XIX. Assumindo diversas formas de organização e de áreas de intervenção, tem-se caracterizado, desde sempre, por um fortíssimo e saudável envolvimento e participação popular, quer dos naturais quer daqueles que ao longo dos anos assumiram esta como a sua terra.

É este Movimento Associativo que merece continuar a ser acarinhado e incentivado a prosseguir na sua intervenção insubstituível e irrevogável na sociedade que diariamente, em conjunto, todos também nos empenhamos em construir - Almada próspera e solidária

Queiram assim aceitar o reconhecimento e a gratidão pelo contributo activo na afirmação do nosso Concelho orgulhoso e alicerçado no seu passado na construção de um futuro mais humanizado, fraterno e desenvolvido.

Glória às Colectividades, Associações e Instituições que dão corpo e alma ao Movimento Associativo Almadense.

José Manuel Maia Nunes de Almeida
Eleito Municipal da CDU

Município de Loures

Exmo. Senhor

Presidente da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

Tenho a honra de transmitir a V. Exa que a Câmara Municipal de Loures, na reunião do dia 02 de junho de 2021, deliberou aprovar, por unanimidade, o voto saudação do teor seguinte:

“Pelo Dia Nacional do Associativismo

A Lei n.º 34/2003, aprovada a 22 de agosto pela Assembleia da República, instituiu o dia 31 de maio como o Dia Nacional das Coletividades.

O Movimento Associativo Popular que hoje temos e que tem desempenhado ao longo dos tempos um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, está alicerçado na experiência de largas gerações de dirigentes - voluntários, altruístas e benfeitores que, de forma abnegada, têm contribuído para uma comunidade mais inclusiva, mais envolvente, mais participada.

Da cultura ao recreio, do desporto à juventude, do social à habitação, as Coletividades têm sido escolas de cidadania, que desenvolveram e continuam a desenvolver estímulos tendo em vista a formação de mais e melhores cidadãos através da transmissão de valores, da aquisição de competências não formais, de responsabilidades e, sobretudo, contribuindo para o desenvolvimento de gerações e gerações, em particular e de comunidades, em geral.

Devemos igualmente reconhecer o importante papel de promoção da coesão social das coletividades pois para muitos, o movimento associativo constitui a única forma de acesso a atividades desportivas, culturais, recreativas, ou de ação social.

Muitos têm sido aqueles que ao longo dos anos com abnegação e empenho têm dedicado o seu tempo a favor destas Coletividades, contribuindo de um modo desinteressado e generoso no desenvolvimento das suas comunidades locais.

Assim, a Câmara Municipal de Loures, reunida a 2 de junho de 2021, na sua 89ª reunião Ordinária, delibera:

- Saudar a Associação das Coletividades do Concelho de Loures e todo o tecido associativo do Concelho de Loures. (...).”

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara
Bernardino Soares

Partido Ecologista “Os Verdes”

Grupo Municipal

Apresentação da Saudação ‘Dia Nacional das Colectividades’, na Assembleia Municipal de Lisboa de 25 de Maio de 2021 (porvideoconferência)

Trata-se de uma saudação não apenas ao Dia Nacional das Colectividades e ao Movimento Associativo Popular do concelho de Lisboa, como ao 97º aniversário da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Acima de tudo, há que relevar as diversificadas formas de intervenção cívica e democrática que emanam do associativismo, fruto do voluntarismo dos seus dirigentes e praticantes, sendo de destacar a colaboração prestada por alguns dos seus mais próximos parceiros institucionais, como o são alguns órgãos autárquicos, nomeadamente as Freguesias.

Mas cumpre também destacar que as colectividades e o Movimento Associativo Popular representam uma das maiores redes de intervenção social, contribuindo para a coesão social e para a melhoria das condições de vida dos portugueses, mesmo perante as acrescidas dificuldades originadas pela actual pandemia.

Com efeito, tem sido nas colectividades e nas associações que as populações e os trabalhadores partilham problemas e procuram soluções colectivas para as suas dificuldades do quotidiano, continuando o movimento associativo popular a desempenhar um papel inestimável junto desses cidadãos, constituindo-se como o garante da democratização de direitos conquistados pelo 25 de Abril, assumindo-se como um espaço de formação e de aprendizagem dos valores democráticos de participação e liberdade, plasmado num excelente exemplo de cidadania e constituindo um pilar fundamental para uma sociedade inclusiva.

Porém, enquanto na capital existe um Regulamento de Atribuição de Apoios, sejam eles de carácter financeiro ou não financeiro, para auxiliar as entidades que estejam vocacionadas para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, o estatuto do Movimento Associativo nem sempre tem merecido o devido reconhecimento institucional por parte da Administração Central.

Algumas colectividades precisam de apoios para a requalificação das suas sedes, incluindo protecção como património histórico de interesse municipal, bem como no regime de arrendamento e perante as ameaças de despejo, devido ao incomportável aumento das rendas das suas sedes.

É fundamental que os municípios reconheçam que o associativismo se constitui como um património imaterial. Mas não basta dizer que se defende o associativismo: é preciso tomar medidas concretas para o valorizar, tanto na lei, como a nível local.

Em 2021 Lisboa é Capital Europeia do Desporto, na qual deve ser contemplado o reforço do papel e da participação do associativismo popular, de modo a que a cultura, o recreio e o desporto não sejam desvalorizados.

Porque, apesar da pandemia que nos tem afectado a todos, não poderíamos omitir uma saudação de reconhecimento a todos os que têm conseguido manter as actividades do Movimento Associativo Popular, através das mais diversas formas de resiliência e resistência.

Saudemos, por isso, o Dia 31 de Maio, Dia Nacional das Colectividades.

J. L. Sobreda Antunes
Grupo Municipal de “Os Verdes”

ENCONTRO PELA PAZ



Pela Paz Todos Não Somos Demais

Realizou-se no dia 5 de Junho, no Fórum Luísa Todi, em Setúbal, o Encontro pela Paz, organizado pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação CPPC, com a colaboração e empenhamento das organizações aderentes (Câmara Municipal de Setúbal, Câmara Municipal de Loures, CPCCRD

CGTP-IN, FENPROF, JOC, MDM, Movimento Municípios pela Paz, Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, Obra Católica Portuguesa para as Migrações, URAP.

O Encontro teve presente os princípios constantes da Constituição da República Portuguesa e a Carta das Nações Unidas, e contribuiu para a promoção e mobilização da defesa da Paz.

O encontro funcionou em plenário, em torno de três temas

1. Paz e Desarmamento
2. Cultura e Educação para a Paz
3. Solidariedade e cooperação

A CPCCRD esteve a presidir à mesa "Cultura e Educação para a Paz" pela sua vogal Isabel Graça. A CPCCRD como legítima representante do Movimento Associativo Popular, reiterou todo o seu empenho e dos seus dirigentes na sensibilidade em defesa da Paz.

O próprio conceito de paz foi aprofundado, tendo-se concluído que o seu significado vai muito para lá da mera ausência de conflitos armados, pressupõe igualdade, dignidade, justiça e direitos.

PELA PAZ TODOS NÃO SOMOS DEMAIS
VAMOS ABRIR AS PORTAS À PAZ

GABINETE NORTE

“Associativismo em Portugal e na Europa”

O debate realizado a 15 de Maio com o tema “Associativismo em Portugal e na Europa”, através do Gabinete Norte, permitiu uma outra abordagem sobre os nossos problemas de organização associativa, que permitiu concluir a necessidade em aprofundar permanentemente os vários aspectos nesta área importante.

A participação de vários responsáveis a nível nacional e

local, casos do vice-presidente da Direção, Bessa Carvalho, e de Vanda Pego Conselheira Nacional, originou uma recolha de opiniões e preocupações, as quais, nos devam alertar para as normais dificuldades sentidas antes da pandemia, mas sendo evidente com maior pressão actual, a consequência de factos mais negativos e penalizadores para as nossas colectividades.

Preocupações essas tanto no que diz respeito à atenção a prestar aos vários aspectos das nossas responsabilidades associativas, na saliência permanente da formação dos dirigentes associativos, tanto para os direitos como para com os deveres aplicados ao movimento associativo.

Assim como a importância em encontrar medidas de organização e de maior envolvimento das colectividades, mote dado pela intervenção de Vanda Pego, originando uma serie de intervenções de dirigentes e activistas associativos do distrito de Viana do Castelo, sempre muito pertinentes e merecedoras de atenções futuras.

Importante salientar a participação de Isabel Conceição, que apesar da sua dificuldade de tempo para nos poder brindar com outras observações e



Adelino Soares
Membro da Direção
e responsável pelo Gabinete
Polo de Atendimento Norte

preocupações pertinentes quanto à situação do movimento associativo europeu a partir de Paris, abordou ainda um conjunto de reflexões quanto à situação da comunidade de imigrantes em França, que apesar do passar do tempo por gerações já mais envelhecidas, evidenciam outro tipo de preocupações no futuro mais próximo.

O facto cada vez mais notável e curioso, está na evidência de ligação a Portugal e o seu aprofundamento pelas gerações atuais, abrindo espaço para o seu envolvimento na defesa de raízes, cultura e tradições, podendo ter efeitos positivos a partir das associações existentes ou a ser criadas na diáspora portuguesa.

Também a participação de Maria do Céu Campos, uma outra dirigente associativa, a viver na Alemanha, com a evidência das dificuldades de renovação de dirigentes, dificultando o desenvolvimento associativo, a par de outro tipo de observações relacionadas com vícios enquistados, em gerações mais velhas, que por vezes dificultam o encontrar de soluções para cativar jovens às associações locais.

Foi um debate que se justificou plenamente a sua realização, que merecia maior participação e preparação mais atempada. Tal facto não beliscou a sua importância, principalmente pelo conjunto de participação de todos os outros dirigentes presentes, em que, sobretudo o tema organização associativa, merecerá continuidade no nosso trabalho.

GABINETE ESTREMADURA

Formação em Curso de Estudos Avançados 2021/2022



Veladimiro Matos
Membro da Direção
e responsável pelo Gabinete Polo
de Atendimento Estremadura

Nos anos de 2018, 2019 e 2020, numa parceria da CPCCRD e as Universidades Lusófonas de Lisboa e Porto, ocorreram dois Cursos de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa para dirigentes associativos, integrada no Programa da Operação de Capacitação N° POISE 288.

Cerca de 60 alunos dirigentes associativos voluntários e benévolos, provenientes de filiadas e Estruturas descentralizadas da Confederação, com todo o entusiasmo, participaram durante 7 meses em cada uma destas duas edições (Lisboa e Porto) de doze Módulos de Matéria de Cultura Associativa, Gestão, Jurídica e de Desenvolvimento Pessoal.

Para 2021/2022, a CPCCRD irá de novo abrir a possibilidade de novos dirigentes terem acesso aos Estudos Avançados nas áreas territoriais dos 4 Gabinetes (Norte, Centro, Estremadura e Sul) em moldes diferentes e que está previsto ocuparem os meses de Setembro de 2021 a Junho de 2022.

Gabinete da Estremadura

Estão a ser estudadas possibilidades de Protocolos de Parceria da CPCCRD com o Politécnico de Santarém para os distritos de Leiria e Santarém e com o Instituto Piaget para os Distritos de Lisboa e Setúbal, podendo, no entanto, a escolha recair em outras entidades.

PÚBLICO ALVO:

- Dirigentes registados que não tenham frequentado os cursos anteriores;
- Prioridade aos Dirigentes entre os 35 e os 65 anos;
- Prioridade às Mulheres Dirigentes;
- Prioridade aos Dirigentes que façam o Curso Completo.

REQUISITOS PARA OS CURSOS:

- Considerar as várias ofertas das várias entidades seleccionadas;
- O Curso Completo deverá ter no máximo 7 módulos, ministrados de 15/15 dias ao Sábado;
- Das 10 às 19 horas, com intervalo das 13 às 14,30 horas;
- A Apresentação dos trabalhos finais é obrigatória no prazo de 45 dias após o último Módulo;
- As turmas deverão ter entre o mínimo de 12 e no máximo 15 alunos;
- Poderá haver inscrições por disciplina até ao limite (acumulado) de 20 alunos por turma.

Agora, apela-se ao entusiasmo e resiliência dos dirigentes associativos para oportunamente se inscreverem.

:: TESTEMUNHO DE **JOSÉ LOURENÇO**



José Lourenço
Presidente da Assembleia Geral
do Sporting Clube de Alenquer

FOI-SE A “REPÚBLICA” E ALENQUER VERGOU-SE A S. MAGESTADE... O FUTEBOL!

Quando o século XX fez a sua entrada triunfal, já a vila operária de Alenquer fervia nos ideais republicanos: A “Vila Baixa” que fora “Progressista” assobiava “A Portuguesa” e a “Vila Alta” que fora “Regeneradora” continuava *talassa* e cantarolando o “Hino da Carta”. Tudo isso ao som de duas filarmónicas, a “Chegadinho” e a “Cartaxo”, que junto dos seus adeptos concitavam mais paixões do que as habituais divergências políticas.

Ambas nascidas no século anterior, a primeira, ou “Sociedade Operária”, haveria de calar-se por volta de 1908 para renascer, no mesmo espaço e com a mesma gente, cerca de 1912, sob a denominação de “Sociedade Filarmónica d’Alenquer”, agora com o epíteto de “Formiga Branca”. A sua rival, a “Sociedade União e Recreio”, crismada de “Formiga Preta” lograria alcançar a década de 30, quando a Ditadura militar passou a Estado Novo, para ficar tudo na mesma quanto a liberdades.

Se a política e a música moveram na vila paixões inconciliáveis, uma arte houve que, ainda hoje, promoveu consensos, tal a paixão que os alenquerenses sempre tiveram por ela: o Teatro! Por isso, na *alta*, o novo século viu continuar a fazer-se teatro na “Sociedade Dramática de Alenquer”, proprietária do “Teatro Ana Pereira”, paredes-meias com o “Clube Alenquerense”, enquanto na *baixa*, no «elegante teatrinho da Arcada», à medida que a banda da “Sociedade Operária” emudecia, cerca de 1908 nascia a “Academia Democrática Alenquerense” dedicada à *Arte de Talma*. Ainda no mesmo espaço, porventura sucedendo em tudo a esta última, era fundada a 1 de Dezembro de 1909 a “Academia Recreativa Musical Alenquerense”, progenitora da “Sociedade Filarmónica d’Alenquer”, dividindo o seu palco e salão entre a música e o teatro.

Recordando esta academia recreativa e musical e o seu palco, foi nele que, em 1910, poucos meses antes da implantação do regime republicano, se representou a revista *À*



Procura do Ideal, cujo quadro final era uma apoteose à República que não tardava. Depois, no dia 21 de Agosto, na sequência de um grande comício eleitoral que trouxe a Alenquer os candidatos e oradores republicanos Dr. Miguel Bombarda, P. Esteves Rodrigues, António Ferrão e Dr. João Gonçalves, vilafranquense mas casado em Alenquer, que a ele presidiu, foi também nesse mesmo salão, decorado com os adereços da citada revista, que os ilustres visitantes foram obsequiados pelos correligionários locais com um banquete. Pode assim dizer-se que, em Alenquer, foi o teatro operário que abriu as cortinas ao novo ideal.

Se as filarmónicas e o teatro estiveram no epicentro do associativismo alenquerense nos primeiros anos do novo século, muito em breve isso iria mudar, muito por culpa do futebol, esse desporto ligado à presença no País de uma forte comunidade inglesa, que em 1875 na Camacha, Madeira, e em 1888 no Campo Pequeno, em Lisboa, mostrou em desafios organizados como se chutava uma bola.

Claro, Alenquer demorou um pouco mais de tempo a conhecer uma bola de futebol... José Caseiro, em artigo publicado, conta que «aí por 1917 foi quando vi a primeira bola de futebol comprada por um grupo de empregados do comércio que a pontapeavam num terreno do meu pai junto à Quinta da Gaia». Mas, por esses anos, outros também a terão visto, porque

fundaram, em data que se desconhece, um “Vitória Foot Ball Clube de Alenquer” que teve sede na Vila Alta e campo de jogos na Gaia, que era propriedade de Carlos Delgado Pinto. Este “Vitória” deixou pouco *rasto* na imprensa local, mas sabe-se que teve também equipas de basquetebol e de ciclismo, que era um pouco elitista e pouco mais, para além de uma referência ou outra caída em conversa havida com os que viveram esses tempos.

No início dos anos 20, um grupo de jovens, também eles apaixonados pelo futebol, que para convívio se reunia no Largo do Espírito Santo, frente à Arcada, fundou, informalmente, num banco de jardim, o Sporting Clube de Alenquer que, quase de imediato teve sede e em 10 de Janeiro de 1927, já tinha Estatutos aprovados. No princípio, diga-se, pouco “Sporting”, mais “Sport” sem leão e a equipar de vermelho, mas, pouco a pouco, por volta de 1927 adquiriu para a sua imagem o leonino símbolo e filiou-se no Sporting Clube de Portugal, de quem só em 1944, quando de uma alteração estatutária, tomaria as cores para os seus equipamentos desportivos.

É, pois, nos anos 20/30, nos tempos duros do pós-República, que o SCA se afirma, com secções de futebol, basquetebol (por iniciativa de Fernando Campeão que jogara a modalidade no Lobito, Angola), ciclismo, pedestrianismo, ginástica e, imagine-se, rãguebi, uma modalidade que não vingou nem deixou vestígios na



vila, e também boxe, que igualmente não ganhou raízes. Do mesmo modo que o Sporting se fez «leão», também se tornou elitista. Talvez por uma coisa e outra, viu nascer em 1944 o seu rival “Sport Lisboa e Alenquer”, tempos depois e até hoje “Sport Alenquer e Benfica”.

Há quem veja nisto, tão só, uma réplica da velha rivalidade lisboeta que se tornou nacional ou, neste caso, local, dando de barato motivações políticas que os tempos teriam soprado. José Caseiro, no já citado artigo, afirmando até que «no que toca aos fundadores do Alenquer e Benfica contavam-se um legionário e um salazarista», descarta conotações monárquicas atribuídas ao seu clube, antes pelo contrário, pois a maioria dos seus sócios eram «republicanos e com ideias avançadas» pelo que «quando da visita a Alenquer da *Liga 28 de Maio*, [organização nacionalista], ter constado que íamos ser assaltados o que originou que de noite tirássemos o mobiliário da sede temendo qualquer assalto o que felizmente não se verificou».

O certo é que, não sem dificuldades, o “Alenquer e Benfica” vingou, inaugurando-se a 1 de Janeiro de 1944. De facto, as liberdades andavam tão afastadas da vida dos portugueses que, para reunir, a «comissão

organizadora» do novo clube teve que obter uma deliberação camarária autorizando «trabalhos de organização até que as circunstâncias permitam a elaboração dos competentes estatutos e o preenchimento das demais formalidades legais».

Os Estatutos do Benfica tiveram a mão do Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, o primeiro presidente da Assembleia Geral desta nova agremiação desportiva, que, em segredo, por ser oposicionista, pagava o salário do professor regente das aulas nocturnas de instrução primária que os sócios tiveram ao dispor. Mas o Alenquer e Benfica estava aí, mesmo que o rival Sporting tivesse deliberado em acta que «não aceita(va) estar representado na inauguração do Sport Lisboa e Alenquer clube que é uma dissidência do nosso» (mas esteve) ou que Melo Machado, o «três em um do regime», deputado, presidente de câmara e o *querido* director do jornal “A Verdade”, tivesse proclamado nas colunas que dirigia «Dois para quê?».

Foi então que o teatro, o eterno teatro alenquerense, mudou de palco, para as novas colectividades, mas isso são já outras histórias, outros testemunhos da nossa memória colectiva.

FEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO DISTRITO DE SETÚBAL

PROXIMIDADE DA AUTARQUIA AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

...“A Junta de Freguesia de S. Sebastião em Setúbal atribuiu, à semelhança do ano passado, uma comparticipação financeira a algumas instituições sem fins lucrativos, com ação social no território, no âmbito do período excepcional de combate à Covid-19.

Na sequência de um recurso financeiro gerado em 2020 pela Junta de Freguesia de S. Sebastião (JFSS), com o intuito de amparar, de forma pontual, as instituições locais no âmbito da situação de emergência social, a autarquia decidiu conceder novamente um apoio financeiro, no valor total de 8 mil e 100 euros, a sete entidades locais que prestam auxílio fundamental a famílias carenciadas residentes no concelho.

Centro Social Paroquial D. Manuel Martins, Cáritas Diocesana de Setúbal, APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, Centro Comunitário de São Sebastião, delegação de Setúbal da Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (APPDA), YMCA Setúbal, e a



delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa foram as instituições às quais a JFSS atribuiu verbas, no sentido de ajudá-las a fazer face às despesas e necessidades resultantes do período crítico que atravessamos.

Recorde-se que em 2020, apesar dos seus recursos limitados, a Junta de Freguesia atribuiu mais de 10 mil euros a instituições com ação social local, dando resposta aos apelos dessas entidades que estão a ser confrontadas com a multiplicação de solicitações por parte da população, o que leva a que muitas estejam a trabalhar no limite das suas capacidades. Além do aumento exponencial de pedidos de ajuda, estas instituições têm uma necessidade permanente de aquisição de equipamentos de proteção individual para os seus trabalhadores e voluntários, o que comporta uma despesa extraordinária muitas vezes difícil de acomodar.”

Carlos Branco

FEDERAÇÃO E COLETIVIDADES DOS CONCELHOS DO SUL DO DISTRITO DEBATEM PROBLEMAS E ESTRATÉGIAS

A Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal, coletividades confederadas dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago de Cacém e Sines e CPCCRD reuniram em 17 de Abril para abordar temas de interesse associativo e novas estratégias.

A reunião, que se realizou por via digital, teve por temas o ponto da situação do movimento associativo face à crise pandémica, a respetiva organização institucional nos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago de Cacém e Sines, a constituição do Conselho Distrital da Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal e ainda um ponto de diversos.

Durante a reunião ficou patente a difícil situação com que as coletividades se confrontam, atendendo ao largo período de encerramento das suas atividades e instalações, com consequências negativas ao nível da geração de receita, em face das muitas despesas fixas que foram obrigadas a continuar a assumir. Ficou também perceptível o grau de resiliência e de adaptação às novas circunstâncias, bem como a vontade de reabrir que a generalidade das coletividades manifesta, retomando atividades culturais, recreativas e desportivas. Foram



também abordados os apoios que as autarquias locais tem vindo a disponibilizar ao movimento associativo nestes concelhos.

As formas de interligação e organização do movimento associativo popular à escala de concelho foram também objeto de debate. O distanciamento por vezes sentido entre associações do mesmo concelho carece do estabelecimento de formas de diálogo, devendo-se estimular a participação nos grandes debates e programas nacionais promovidos pela CPCCRD e Federação.

Também as metodologias com vista à constituição do Conselho Distrital da Federação, com a inclusão de representantes do movimento associativo destes concelhos, foram objeto de debate neste reunião que decorreu em tom vivo e participado.

:: A PALAVRA AOS CONSELHEIROS NACIONAIS

Elo Associativo dedica esta página aos Conselheiros Nacionais, para que se identifiquem com as associações que representam e possam dar opinião sobre a importância da Confederação Portuguesa das Coletividades no Movimento Associativo Popular.

Responde o **Conselheiro Nacional (C.N.)**

Hélder Manuel dos Santos Fernandes

Dirigente da Associação Recreativa e Cultural de Pombal de Ansiães – Carrazeda de Ansiães, Bragança



PERGUNTA

RESPOSTA

<p>1 Qual a associação porque foi eleita C.N. e onde se situa?</p>	<p>Fui eleito pela associação recreativa e cultural de Pombal Ansiães (ARCPA), sita na aldeia de pombal, concelho de Carrazeda de Ansiães, no distrito de Bragança.</p>
<p>2 Quantos sócios tem e quais as principais atividades?</p>	<p>A associação tem 850 sócios ativos, sendo que a atividade principal é a cultura, destacando-se o teatro e dança. Promovem-se outras atividades como a tiragem de um jornal mensal, “O Pombal” que sendo o único jornal do concelho, leva as notícias do concelho aos sócios espalhados pelo país e por diversos países do mundo para que possam ler e saber todas as notícias do concelho.</p>
<p>3 Como têm decorrido estes tempos de Pandemia Covid 19 na vossa coletividade? Perspetivas futuras?</p>	<p>Com esta pandemia, a coletividade teve de suspender todas as atividades programadas, mante-se ativa, mas só para a tiragem do jornal.</p>
<p>4 Como tem sido a experiência e disponibilidade para desempenhar o cargo de Conselheiro Nacional e contatos com outras coletividades?</p>	<p>Tem sido uma boa experiência, na qual dá para conhecer outras pessoas, trocar ideias e podermos trocar experiências referentes as coletividades.</p>
<p>5 No seu entender, qual a importância da CPCCRD no Movimento Associativo Popular, no presente e no futuro?</p>	<p>Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), tem uma grande importância na representação das cerca de 40 estruturas associativas descentralizadas por todo o país, tendo como missão o reconhecimento e a valorização do Movimento Associativo Popular, nomeadamente através da apresentação e discussão de diplomas legais adequados e justos para as coletividades da cultura, recreio e desporto. É um grande apoio que é dado às coletividades no âmbito da formação, legislação, elaboração do relatório de contas e apresentação do plano de atividades. Este apoio é fundamental para que as coletividades tenham um bom funcionamento.</p>

O espaço onde os jovens ligados ao associativismo têm a palavra

O Elo Associativo atribui esta coluna aos jovens que, de uma forma mais ou menos ativa, dedicam parte do seu tempo ao associativismo, praticando cultura, recreio ou desporto na sua coletividade e a quem são feitas três únicas perguntas:



João Afonso dos Santos Tojeira

22 anos | Licenciado em Ciências Musicais e Mestre em Património Musical
Dirigente da Associação Tocáandar – Marinha Grande

1.

Como vê o papel do associativismo no presente e no futuro, tendo em atenção a atual situação da COVID19?

Em tempos tão difíceis como os que enfrentamos, o movimento associativo desempenha um papel especialmente relevante na unificação e motivação de um povo já muito massacrado pela áspera realidade que acompanha o nosso dia a dia pandémico.

Nesse sentido, o associativismo ergue-se uma vez mais, enquanto movimento de apoio social e cultural.

Uma das características que me parecem mais importantes num dirigente associativo, é a atenção à realidade de cada um dos elementos que compõem a coletividade. A proximidade com as pessoas e o espírito de liderança que caracteriza o dirigente associativo, são argumentos fortes para uma intervenção, muitas vezes determinante, no bem estar de cada um dos elementos da comunidade.

No meu trabalho enquanto dirigente associativo, quantas vezes já não me chegaram crianças de manhã com fome, pois os seus pais não tinham possibilidades para naquele dia ter colocado comida na mesa. Enquanto associação, a nossa preocupação passa por, numa fase inicial, sanar uma necessidade tão básica como a da alimentação. Mas também por muitas vezes tentar encontrar soluções para ajudar estes agregados familiares a saírem destas situações complicadas em que vivem.

Esta característica social, intrínseca à realidade de uma coletividade, é o que faz com que estas instituições sejam verdadeiramente os pilares da sociedade.

Nós estamos no terreno e sabemos o que se passa, não passando os dias num qualquer gabinete alienado das realidades existentes em Portugal.

2. Qual a tua opinião sobre a relação entre o movimento associativo e os jovens?

Creio que este assunto poderá ser abordado de duas formas complementares.

Por um lado, devido às condições de trabalho cada vez mais precárias e a um constante aumento das horas de trabalho, resta cada vez menos tempo aos jovens para participarem no movimento associativo.

Isto reflete-se num movimento associativo que muitas vezes tem falta de jovens.

Creio que dos únicos lugares onde esta realidade não se reflete é nas associações de cariz desportivo, que tendencialmente, atraem as camadas mais jovens da nossa sociedade.

Por outro lado, existe toda uma geração que NÃO tem o hábito de participar nas atividades levadas a cabo pelas coletividades. Este hábito, muitas vezes criado ainda numa fase muito inicial das nossas vidas através dos nossos pais, é o que cria uma relação e um certo vínculo à nossa participação no associativismo. Alguns são tentados a olhar para as iniciativas propostas, reduzindo-as a “festas de verão onde vamos beber uns copos”.

Outra questão que considero importante é também, muitas vezes, a falta de posicionamento, por parte das associações, para serem mais atrativas às camadas mais jovens.

Questões simples como, uma presença digital regular com conteúdos que atraiam as diferentes camadas da sociedade, deveria estar na ordem do dia dos debates associativos. É fundamental que o movimento associativo saiba adaptar-se ao presente.

3. Como é a experiência em Ciências Musicais aplicada no Movimento Associativo Popular?

O estudo das Ciências Musicais é por natureza multidisciplinar, onde um conjunto de profissionais com diferentes especialidades trabalha com um objetivo comum. Sem dúvida que todo o meu percurso académico nesta área foi um excelente “pontapé de saída” para a minha especialização em Gestão Cultural, área onde actualmente trabalho e que creio ser da maior importância para o dia a dia do MAP.

Para além da componente técnica de atuação, a Gestão Cultural, e toda a minha experiência de vida nas associações por onde passei, deu-me uma “pele de hipopótamo” para, em momentos de tensão, conseguir discernir e tentar tomar a decisão mais acertada tendo em conta a conjectura que encontro. Todos nós sabemos que muitas vezes não é fácil gerir as expectativas de todos os envolvidos num projecto e que os mal entendidos surgem com alguma facilidade. Nesse sentido, a Gestão Cultural ajudou-me a, acima de tudo, conseguir liderar um grupo de pessoas rumo a um objetivo comum a todos.

O pensamento e decisão coletiva sobre os diferentes componentes de um projecto, é de especial relevância no movimento associativo, pois todos têm de sentir que fazem parte daquele projecto e que aquele objectivo é também deles. É importante saber guiar as conversações no sentido delas serem francas, fraternas e frutíferas.

NOVO ENQUADRAMENTO LEGAL DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA

Legislador acolheu proposta da Confederação sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos

Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR), actual Confederação (CPCCRD) foi a primeira entidade a quem foi atribuído o Estatuto de Utilidade Pública, por despacho do primeiro Ministro Mário Soares e publicado no Diário da República de 20 Junho de 1978.

A CPCCRD defendia há vários anos a revisão do estatuto de utilidade pública. E fez várias propostas nesse sentido. Propostas que apresentou (em 2017 e anos subsequentes) quer ao Governo, quer aos vários grupos parlamentares (Assembleia da República).

A necessidade de revisão do estatuto acabaria por ser reconhecida pelo Governo – e pela Assembleia da República. O que levou à publicação da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, que aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública.

A nova lei-quadro estabelece o regime jurídico aplicável ao estatuto de utilidade pública. E introduz várias novidades em relação ao regime anteriormente vigente:

1. São acrescentados ainda mais requisitos para a atribuição do estatuto, contrariamente ao que defendeu a CPCCRD no processo de produção legislativa deste diploma. É necessário preencher 12 requisitos para se obter o estatuto, como por exemplo:
 - Deter um registo nominal atualizado dos associados;
 - Possuir uma página pública na Internet, onde sejam disponibilizados determinados documentos;
 - Possuir contabilidade organizada ou de caixa nos termos do regime contabilístico do setor não lucrativo; e
 - Dispor de pessoal, infraestruturas, instalações e equipamentos necessários para assegurar a prossecução dos seus fins e para as atividades que se propõem realizar.

A este propósito, importa lembrar que a CPCCRD defendeu a redução dos requisitos exigidos, bem como a simplificação do processo. Propostas que não foram acolhidas pelo legislador.

2. Houve também um esforço para reforçar os direitos e benefícios das entidades com estatuto de utilidade pública – em linha com o proposto pela CPCCRD.

Merece destaque a previsão de tarifas ou tarifários especialmente reduzidos, a aplicar pelas entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos. Proposta apresentada pela CPCCRD e acolhida pelo legislador.

3. Para além disso, o estatuto passa a ser atribuído por um prazo limitado de 10 anos, podendo ser objeto de renovações sucessivas, por iguais períodos. Solução que também teve a oposição da CPCCRD.

ALERTA. MUITO IMPORTANTE!

As associações que já possuem o estatuto de utilidade pública devem comunicar à Secretária-geral da Presidência do Conselho de Ministros o interesse em mantê-lo, de acordo com o seguinte calendário:

- Até 31 de dezembro de 2023, para as associações a quem o estatuto tenha sido atribuído até 31 de dezembro de 1980;
- Até 31 de dezembro de 2024, para as associações a quem o estatuto tenha sido atribuído entre 1 de janeiro de 1981 e 31 de dezembro de 1990;
- Até 31 de dezembro de 2025, para as associações a quem o estatuto tenha sido atribuído entre 1 de janeiro de 1991 e 31 de dezembro de 2000;
- Até 31 de dezembro de 2026, para as associações a quem o estatuto tenha sido atribuído entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2010;
- Até 31 de dezembro de 2027, para as associações a quem o estatuto tenha sido atribuído entre 1 de janeiro de 2011 e a entrada em vigor da lei (1 de julho de 2021).

A comunicação efetua-se através do portal eportugal.gov.pt.

Consideramos que o novo regime introduz algumas medidas positivas, designadamente no que respeita aos direitos e benefícios. Não obstante, entendemos que integra também aspetos negativos para o movimento associativo popular (por exemplo, os requisitos para obtenção do estatuto, ou os deveres das associações); e que se perdeu a oportunidade para fazer uma reforma efetiva e profunda do regime em apreço.

LINKS DE ACESSO:

Lei 36/2021, de 14 junho | <https://dre.pt/application/conteudo/165095962>

Portaria 138-A/2021, de 30 junho | <https://dre.pt/application/conteudo/166025458>

Ficamos ao dispor para esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação deste diploma legal.

A Direcção
30 de Junho de 2021

DIREITOS E DEVERES ESTATUTÁRIOS QUOTA 2021 A PAGAMENTO

Recordamos que algumas das nossas associadas ainda não pagaram a sua quota. Cientes que a sustentabilidade financeira é importante para a liberdade e independência do MAP, apelamos à boa colaboração de todos para continuarmos a nossa missão e mantermos uma voz dialogante com os vários poderes.

Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque, vale postal ou transferência bancária via Montepio Geral:

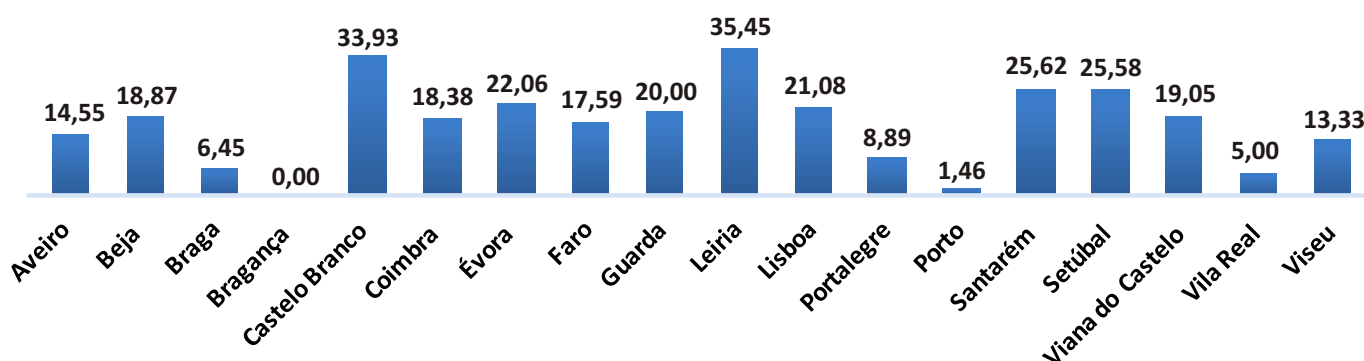
- Transferência bancária via Montepio Geral
IBAN-PT50003601859910000106379

Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação do nome da coletividade ou do nº da mesma para o email geral@cpccrd.pt.



PERCENTAGEM DE QUOTAS PAGAS

POR DISTRITO - 30 JUNHO 2021



DE 2 A 20 DE AGOSTO A CONFEDERAÇÃO ENCERRA PARA FÉRIAS

A confederação deseja e faz votos para que no período que aí vem, tradicionalmente de férias, os Dirigentes Associativos possam descansar e retemperar forças físicas e anímicas para enfrentar o futuro imediato e de médio prazo com segurança e confiança.



FOLHA INFORMATIVA: Propriedade CPCCRD - Rua da Palma, 248 · 1100-394 Lisboa
Tel: 218 882 619 · 916 841 315 | Fax: 218 882 866

- e-mail: geral@cpccrd.pt • www.facebook.com/confederacao.colectividades • www.confederacaoportuguesacolectividades.blogspot.com • www.cpccrd.pt

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.